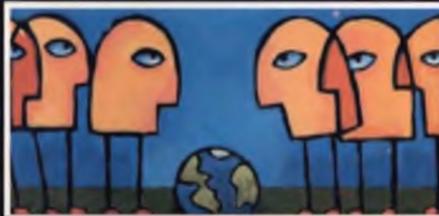
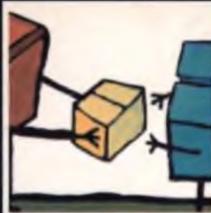


40
anos
UnB à frente



Lauro Morhy
organizador geral

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

Brasil **em Questão**

**A Universidade e a
Eleição Presidencial**

Fernando Henrique Cardoso

Presidente da República

Paulo Renato Souza

Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto

Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente

Antônio C. de Matos Paiva

Carlos Alberto Rodrigues da Cunha

Carolina Martuscelli Bori

Flávio Rabelo Versiani

Inocência Mártires Coelho

Gileno Fernandes Marcelino

Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmart Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Brasil em Questão

A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Equipe Editorial:

Prof.ª. Dr.ª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Bel.ª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, N° 78

Ed. OK, 2° andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora
 Universidade de Brasília, 2002.
 512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.
3.
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

CDU – 32(81)

Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmair Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

LAURO MORHY
REITOR DA UNB

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

Sueli Carneiro 245

Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499

**Meio ambiente,
desenvolvimento
sustentável,
Amazônia**

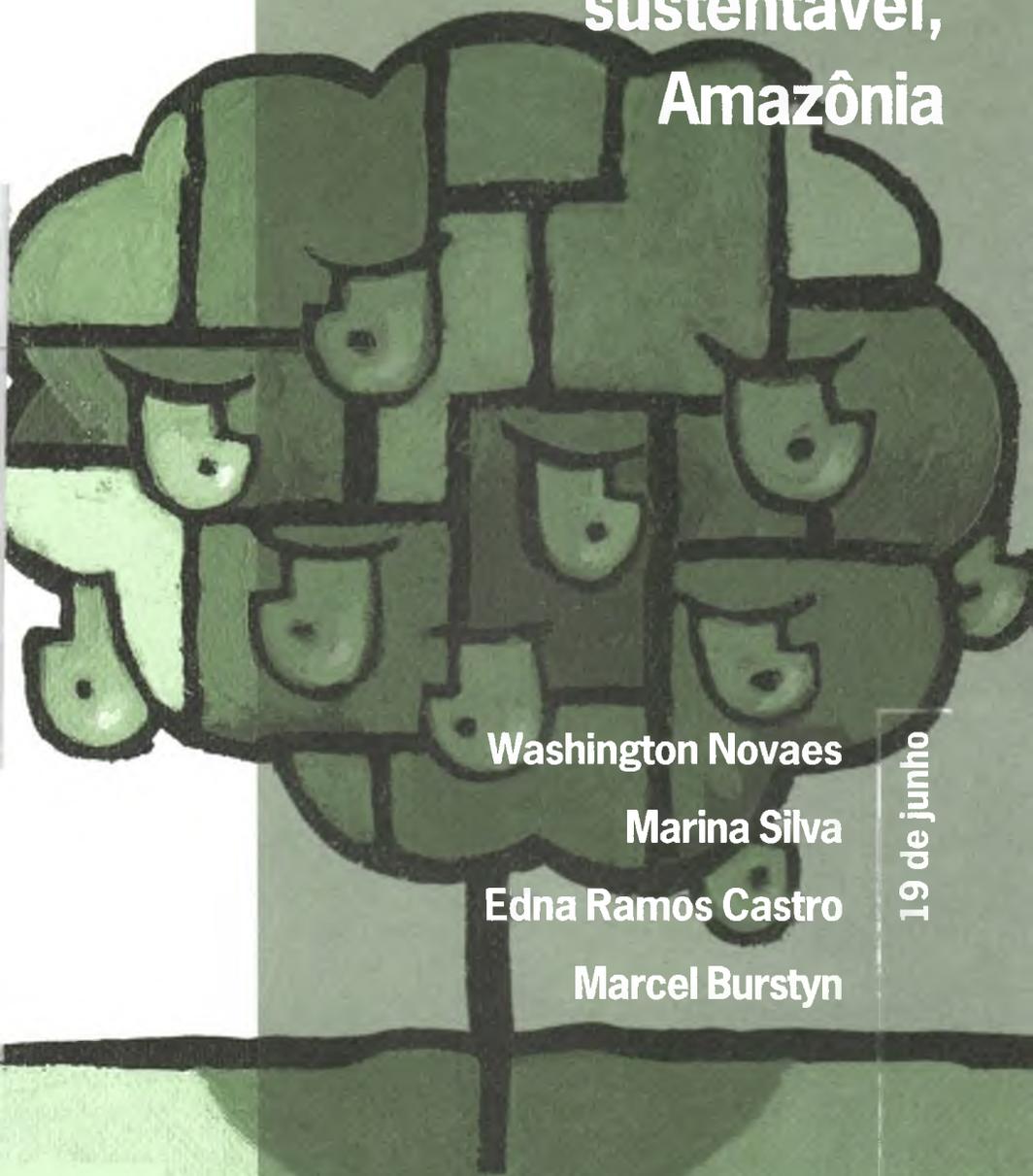
Washington Novaes

Marina Silva

Edna Ramos Castro

Marcel Burstyn

19 de junho



Desafios do Desenvolvimento Sustentável na Amazônia

Edna Ramos Castro

Diante de novas dinâmicas socioeconômicas na Amazônia, e das mudanças ambientais delas decorrentes, cabe perguntar se a floresta sobreviverá à intensificação da ação antrópica que conduz ao desmatamento, à extinção de espécies animais e vegetais, à contínua poluição de seus cursos d'água. Parecia longe a época em que se passaria pelas estradas e encontraria por horas a fio, uma paisagem apenas com pasto para o gado, ou com plantação intensiva de uma só cultura. Isso era paisagem do *sul e do sudeste do país*, no imaginário do nortista. Mas esse tempo passou e a Amazônia de hoje é uma síntese da sociedade brasileira, com uma diversidade maior de atores atraídos pelas políticas do Estado, pelos desejos de oportunidades e de mobilidade social ou ainda por novos mercados.

A Amazônia é a parte do planeta de maior diversidade biológica, de rios e floresta e onde se encontram ainda hoje grandes extensões de terras não cultivadas. Mas também uma diversidade cultural que se funda na capacidade de uso de recursos dos

Edna Ramos Castro é Doutora em Estudos da Amazônia pela Escola de Estudos em Ciências Sociais de Paris. Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA) na área de Sociologia. Pesquisadora da área de Políticas Públicas. Consultora em estudos sobre trabalho, desenvolvimento local e em Programas de pesquisa interdisciplinares sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente desde 1977.

complexos e variados ecossistemas naturais. Os processos de adaptação e a produção de conhecimentos de grupos tradicionais tem relação estreita com a história ecológica. Porém, essa biodiversidade tem sido intensivamente colocada em risco e dilapidada em prol de programas desenvolvimentistas, de integração à economia de mercado, por meio de um padrão de apropriação e uso da terra considerado predatório. Permanece a questão de saber se seria possível criar outro modelo de desenvolvimento que fosse capaz de lidar com a biodiversidade e a valorizar, permitir o convívio de tecnologias mais avançadas com os conhecimentos de grupos tradicionais sobre os ecossistemas, sem precisar destruir a riqueza biológica e os conhecimentos humanos sobre os ecossistemas milenarmente experimentados. Resta ainda a pergunta se a Amazônia poderia ser uma região laboratório de inovação tecnológica mais adequada para um novo momento das sociedades, preservando sua floresta tropical que abriga os nichos de espécies animais e vegetais mais ricos do planeta, ora correndo riscos de extinção ainda mais graves.

Certamente a percepção que pretende simplificar a construção contemporânea da relação sociedade e natureza, na qual se enquadra o debate ambiental internacional, ao dicotomizar as ações de atores entre *desenvolvimentistas* e *ambientalistas*, deixa escapar talvez uma das dimensões mais fecundas de nossa época que é a crítica à constituição do ser no mundo, da razão e da possibilidade de pensar a democracia.

Somente numa perspectiva de construção dessa crítica que é possível pensar a preservação da biodiversidade da Amazônia. Ora, a continuidade dos processos de avanço da fronteira econômica e da ocupação que acelerou o desmatamento na Amazônia brasileira, a colocaram no centro do debate ambiental internacional, pois com o desmatamento em corte raso

completado com o fogo, processo verificado até então, parte também a riqueza de espécies animais. Em torno da biodiversidade se configuraram alguns interesses da sociedade contemporânea e do mercado, como também acabou se movendo na cena central do movimento ecológico das últimas décadas.

O Estado e suas políticas para a Amazônia

Do ponto de vista do Estado, as respostas que têm sido dadas às mudanças de mercado, vistas como ajustes externos e internos, estão presentes nas estratégias de integração de mercado, investimentos em infra-estrutura para potencializar empreendimentos, na desregulamentação do trabalho. Estratégias estas ancoradas e ao mesmo tempo justificadas na fragilidade da capacidade política de conformação dos Estados nacionais ante forças de mercado. Mas a noção de soberania dos Estados nacionais está mudando, e muitos conflitos observados nos últimos anos, em diferentes países, têm explicação nessas novas dinâmicas, pois certas instituições e organizações-chave apresentam uma tendência à fragilização. Ainda que os Estados permaneçam importantes como estruturas de organização política mundial e na formulação de políticas, a grande diferença é que, em lugar de fazer frente à necessidade de proteger e defender o território, hoje o Estado é chamado a defender a economia, a proteger o *espaço monetário*, como diz Altvater (1996).

Desde os anos 60 e em especial a partir da construção da Belém-Brasília, a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia estruturou-se de forma a permitir a integração do mercado nacional e a acumulação do capital. Foi com mecanismos explícitos de incentivos empresariais – como a

Lei de Incentivos Fiscais – que o Estado procurou atrair capital e empreendedores para diversos setores da economia nas últimas décadas. A literatura sobre fronteira, colonização, migração, grandes projetos e eixos de comunicação, produzida no país, é bastante elucidativa dessas dinâmicas. Para outros grupos que migraram em direção a essa mesma fronteira sem ou com poucos recursos, atraídos por uma política de colonização, o apoio do Estado foi reduzido. As narrativas sobre essa saga dos migrantes compõem capítulos de uma história, para muitos trágica, da ocupação desse território. Muitos projetos não passaram de intenções formuladas em políticas fragmentadas. A Amazônia de hoje, com suas contradições crescentes, reflete as políticas públicas e os programas desenvolvimentistas que potencializaram ao mesmo tempo o crescimento econômico e as desigualdades sociais.

Nos anos 80, experimentou-se, de forma mais visível, uma profunda ruptura no nível dos paradigmas da ação do Estado não somente como regulador, mas como agente de intervenção na cena econômica e social, em nível mundial. Ao longo desse período, as idéias de universalidade, centralidade, integração e intervenção são paulatinamente substituídas por aquelas de pluralidade social, multiplicidade de pontos de referência, coordenação múltipla de atores e participação em redes e em parcerias. Nesse novo padrão, o conceito de participação, relevante na discussão de políticas públicas, encontra seu corolário econômico nos de competitividade e eficácia. Mas em que medida as idéias de pluralidade social e de integração econômica podem ser elucidativas das novas dinâmicas sociais e econômicas? Essa é uma das questões relevantes à compreensão das ações políticas do Estado brasileiro voltadas hoje à Amazônia.

O Estado nacional está sendo levado a ceder uma parte de seu controle político sobre o território às potências econômicas

mundiais e, numa primeira percepção, a essas agências que regulam o jogo monetário e o sistema financeiro internacional. Isso impõe a necessidade de repensar o Estado e seu papel de definir e implementar políticas públicas, bem como a análise dessas políticas em relação às mudanças exigidas no próprio aparelho do Estado. Tais transformações não são impulsionadas pela dinâmica interna da sociedade nacional, mas correntemente pelas regulações derivadas da dinâmica global e dos interesses dos grandes grupos e grandes potências mundiais. O tema de políticas públicas, no contexto assim esboçado, exige continuamente uma avaliação da conjuntura mundial e das possibilidades do Estado nacional jogar com as forças internas – atores econômicas e sociais – na condução do desenvolvimento nacional. Qual o nível de liberdade – e seus limites –, pode o Estado construir regulações sobre o território nacional, amazônico?

As políticas estatais atuais não contrariam aquela concepção geopolítica que foi devastadora na Amazônia, com suas estratégias de ocupação de territórios que não consideraram os impactos sociais e ambientais: programas como Polonoroeste, Polamazônia, rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Perimetral Norte, grandes projetos minerais e programas de colonização. Mas haveria um novo padrão no qual se fundariam as diferenças com o modelo anterior? No Plano Plurianual, com seus Eixos Nacionais de Integração, está explícita a intenção de estreitar as relações, sobretudo com os países do norte da América do Sul, na grande fronteira amazônica, uma vez que esse processo é entendido como uma sequência *natural* à integração do sul, conformando um bloco econômico com maior poder de fogo em face da organização em curso de outros *nichos* de mercado nos diferentes continentes.

A análise os permite constatar que há uma continuidade na formulação das políticas, sendo priorizada a dinâmica econômica.

As matrizes conceituais reais são ultrapassadas do ponto de vista de um desenvolvimento social e ambientalmente coerente e correto. Os impactos do *Plano Brasil em Ação* sobre a destruição da floresta, o aumento de conflitos pelo uso dos recursos naturais, a corrida desenfreada de novos atores, nacionais ou estrangeiros, incentivada pelo Estado, faz-se sentir, aumentando a pressão sobre as populações tradicionais e a exclusão social.

Desmatamento é desafio maior para um novo governo

Os estados que tiveram mais aplicação de políticas desenvolvimentistas desde os anos 70, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados à pecuária, mineração e exploração madeireira, inquestionavelmente, são hoje os que têm uma cobertura florestal e, portanto, a biodiversidade, mais afetada. Isso é válido para o Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso.

A análise sobre a configuração das *novas fronteiras* na Amazônia, nos leva a perceber uma retomada do impulso e do interesse econômico sobre o território por diversos atores. Os interesses de grandes e médios fazendeiros e de pequenos produtores direcionam-se às áreas ainda preservadas, para o oeste do Pará, e do sul com destino ao norte do Amazonas. São as frentes oriundas de estados com tradição pecuária e madeireira, no país, e já com suas terras esgotadas. É o caso do movimento para o oeste do município de São Félix do Xingu, que já detém a maior taxa de desmatamento do Pará – conquistada pelos processos acelerados de formação de grandes fazendas em pouco mais de uma década –, alimentado por grupos que chegam de Mato Grosso, subindo pela Rodovia Cuiabá–Santarém e dela dirigindo-

se, por meio de estradas não-oficiais inexistentes no mapa municipal, para as terras novas da região do Iriri. São essas as últimas fronteiras do Pará.

O estado do Amazonas configura-se na atualidade como o espaço previsto de expansão de novas frentes, o que já se verifica a partir do município de Apuí em direção ao norte. O tempo de avanço de cada frente é menor em relação aos anos 70 e 80 e as técnicas de derrubada da mata mais eficientes, permitindo concluir que a floresta amazônica, caso não sejam tomadas atitudes mais firmes por parte do Estado, de fiscalização contínua e não eventual como ocorre, e uma política que conceba projetos desenvolvimentistas integrados a conservação da riqueza de biodiversidade e da cultura dos grupos tradicionais, não subsistirá por mais 30 anos. Os instrumentos de avaliação quantitativa via satélite precisam inclusive ser aperfeiçoados para dar conta das dinâmicas socioeconômicas e ambientais reais, sem sempre percebidas sem o trabalho de campo.

Esse é o grande desafio, a nosso ver, que se coloca ante os novos gestores do país, pois esta década é decisiva para se frear, se vontade política houver, o avanço desenfreado do desmatamento e do empobrecimento dessa região que é, numa outra escala de valores, um dos maiores bens que a sociedade brasileira possui.

Impressão e Acabamento:



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: quick@gns.com.br

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

BRASILIDADE • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy